



Anais da Assembléia

Nº 197

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Aigaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kleise, Dúlio Genari, Durval Amaral, Eno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Turek, Nereu Moura, Orlano Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Aaur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Waimor Trentini (53). Ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sessão suspensa por dez minutos.
(É reaberta a sessão)

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OF/CTL/SEEG N° 269/95

Curitiba, em 20.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 265/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelên-

cia que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 498/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, constituindo-o de cargos de carreira de provimento efetivo e de cargos de provimento em comissão. Estabelece que os cargos de provimento efetivo, acrescidos de novos 181, são reunidos em três grupos ocupacionais, superior, intermediário e básico, fixando respectivas tabelas de vencimentos. Define requisitos essenciais para investidura em tais cargos, assim como a forma de progressão na carreira. Cria e fixa remuneração para 90 gratificações de função. Trata do enquadramento de servidores ativos e inativos no plano de carreira que visa anotar.

Segundo informações prestadas pela Coordenadoria de Orçamento e Programação, Órgão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, não há condições orçamentárias para suporte às despesas que decorreriam da execução do presente projeto de lei caso fosse acolhido. Esclarece a SEPL que "a proposta orçamentária encaminhada à Assembleia Legislativa para 1996, contempnia ao Ministério Público dotação para pessoal e encargos sociais no montante de R\$ 39.263.160,00, com média mensal de R\$ 3.020.243,00. Em novembro de 1995 a folha do Ministério Público implantada para empenho é de R\$ 5.105.000,00, caracterizando uma situação de déficit orçamentário para 1996, sem a inclusão da proposta em análise"; e que "a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei n° 11.153 de 25 de julho de 1995 no artigo 12, inciso V estabeleceu para 1996 ao orçamento do Ministério Público, um valor correspondente de até 2% da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, das quais pelo menos 8,5% corresponderão à Despesa de Capital. Dentro desse critério o valor alocado total ao Ministério Público é de R\$ 46.650.540,00, valor este insuficiente, pois não cobre nem a folha de pessoal, a qual está estimada a preços atuais em R\$ 66.365.000,00."

Por outro lado, vale lembrar o entendimento de que ante os preceitos contidos no art. 33 e parágrafos, da Constituição Estadual, o regime jurídico e os planos de carreira do funcionalismo estadual deverão ser unificados, mormente em relação ao "tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos re-

merat6rios ou desenvolvimento nas carreiras." (inc.VI - § 1º - art. 33 - C.E.).

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Vaiho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) JAIME LERNER

(O Projeto de Lei nº 498/95, encontra-se publicado no D.A nº 168/95, de 28.11.95, em 1.ª Discussão)

CF/CTL/SEEG Nº 268/95

Curitiba, em 20.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 263/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 480/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, a partir de 1º de novembro de 1995, novos valores para os níveis de vencimentos dos cargos dos diversos quadros de servidores e serventúrios, ativos e inativos, do Poder Judiciário.

A negativa de sanção deve-se, inicialmente, ao fato de que a política de reajustes remuneratórios para todo funcionalismo estadual, vem, por força de imperativos constitucionais, fazendo-se, sempre, a partir de mesma data e para os servidores dos três Poderes.

A necessidade de veto verificou-se ainda, porque a gratificação por "encargos especiais" prevista no art. 172, inciso VIII, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e aludida na justificativa do presente projeto de lei, não é, pela sua própria natureza de vantagem transitória, incorporável a vencimentos e nem tampouco a proventos de inatividade. Caso tal incorporação viesse, de modo geral, ocorrer, as despesas com a folha de pagamento do funcionalismo seriam preocupantemente aumentadas e, conseqüentemente, afrontados os limites que a Magna Carta estabelece para tais gastos.

Ademais, é oportuno ressaltar que a Coordenadoria de Orçamento e Programação, Órgão da Secretaria SEPL, analisando o assunto alertou que, na execução do orçamento do Poder Judiciário para o próximo exercício, haveria, pelas projeções feitas, falta de recursos se a medida em causa fosse acolhida.

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que, em anexo, restituo

ao a essa colenda Casa.

Vaiho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) JAIME LERNER

(O Projeto de Lei nº 480/95, encontra-se publicado no D.A. nº 168/95, de 28.11.95, em 1.ª Discussão)

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 4068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, pedido de destaque, para as Emendas 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 461/95, que dispõe sobre o IPVA.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) TOTI COLAÇO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - ao Projeto de Lei nº 461/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 078/95, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, sob os nºs 29, 30, 31 e 32, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBEMENDA DE PLENÁRIO Nº 29 A
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 461/95

As alíneas "a", "b" e "c", do § 1º, do art. 15 da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 461/95 passam a ter, respectivamente, as seguintes redações:

Art. 15 - ...

§ 1º - ...

a) 1% (um por cento), do 1º ao 5º dia ao que tenha expirado o prazo de pagamento;

b) 10% (dez por cento), do 6º ao 20º dia, contados da data indicada na alínea anterior;

c) 15% (quinze por cento), do 21º ao 30º dia, contados da data indicada na alínea "a".

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) CAITO QUINTANA

Apoiamto: Toti Colago, Luiz Carlos Zuk, Durval Amaral, Renato Acur, José Maria Ferreira, Eano Gui marães.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO N° 30 A
EMENDA SUBSTITUTIVA

O Inciso III, do art. 4º, da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n° 461/95 passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - ...

I - ...

II - ...

III - 2% (dois por cento) para os demais veículos registrados no DETRAN ou cadastrados na SEFA.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) CAITO QUINTANA

Apoiamto: José Maria Ferreira, Toti Colago, Luiz Carlos Zuk, Renato Acur.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO N° 31 A
EMENDA SUBSTITUTIVA

O Inciso VII, do art. 14, da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n° 461/95 passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - destinados ao transporte escolar, de propriedade de pessoa física ou de Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) CAITO QUINTANA

Apoiamto: Mitinho Puppio, Toti Colago, Luiz Carlos Zuk, Eano Guimarães, José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Renato Acur.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO N° 32 A
EMENDA SUBSTITUTIVA

O inciso I, do art. 15, da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n° 461/95 passa a ter a seguinte redação:

Art. 15 - ...

I - 20 (vinte por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) CAITO QUINTANA

Apoiamto: José Maria Ferreira, Toti Colago, Luiz Carlos Zuk, Durval Amaral, Luiz Claudio Romanelli, Renato Acur.

Substitutivo Geral aprovado pela C.C.J., e contrário a todas as Emendas apresentadas.

Em votação o Substitutivo Geral sem prejuízos das Emendas e Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constante do expediente, solicitando destaque para as Emendas 02 e 03 ao Projeto de Lei n° 461/95, que dispõe sobre o IPVA. **Aprovado.**

O Senhor 2º Secretário procederá à leitura das Emendas 2 e 3, solicitadas para destaque, pelo Deputado Toti Colago.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Passa a ler as Emendas do Deputado Toti Colago. Devidamente apoiadas por vários Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emendas do Deputado Luiz Claudio Romanelli, serão também lidas pelo Senhor 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Lê as Emendas do Deputado Romanelli, devidamente apoiadas por vários Senhores Deputados. Emendas n°s 14 a 25 e 27.

Lê as Emendas dos Deputados José Maria Ferreira e Albanor Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As Lideranças entraram em entendimento para parte da Emenda 28.
Emenda n° 8 em votação...

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de requerer, se possível, suspender a sessão por cinco minutos porque estão fazendo acerto final nas Emendas. Gostaria de ter a compreensão de V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão suspensa por cinco minutos.

(Sessão suspensa)

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Lê Ofício do Senhor Governador.

(Os Ofícios n°s 268 e 269/95 encontram-se publicados no Expediente)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem preferência para as Emendas n°s 06, 26, 28, 31. Com a votação dessas Emendas estarão as demais rejeitadas.

Senhores Deputados que aprovam as Emendas: 31 (trinta e um).

- O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a preferência nestas Emendas e as demais serão todas prejudicadas?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Serão rejeitadas.
- O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - A nº 3 não está relacionada aí, é de interesse dos municípios, das prefeituras municipais.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há uma coincidência de emendas a, do Deputado Caíto Quintana se refere ao uso do ônibus escolares das prefeituras.
- O SR. TOTI COLAÇO - A minha refere-se aos veículos oficiais de uso das prefeituras municipais. Subentende-se todos: ambulâncias, caminhões, carros ônibus.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou submeter a voto, a preferência de Vossa Excelência destaque.
- Duas emendas do Deputado Toti Colaço - Requer destaque. Os Senhores que aprovam o destaque conservem-se como estão. **Aprovado.**
- O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)
- Eu não participei do momento de negociações, e gostaria de saber se o meu requerimento pedindo destaque das minhas emendas foi considerado por Vossa Excelência.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou me baseando no acordo que foi feito.
- Emenda nº 26 - Luiz Claudio Romanelli;
Emenda nº 28 - Luiz Claudio Romanelli;
Emenda nº 31 - Caíto Quintana e Emenda nº 6 - Antonio Annibelli.
- O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Vossa Excelência vai votar as Emendas do acordo. É isto? Só para eu encaminhar.
- Muito obrigado.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atenção para a votação das emendas do Deputado Toti Colaço.
- O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Apenas para voltar a pedir aos companheiros Deputados, que a Emenda nº 3, foi protocolada no início das discussões desse projeto de lei, dessa mensagem, e versa sobre as isenções da cobrança do IPVA. Uma é dos veículos oficiais de uso das prefeituras municipais, que está se pagando hoje IPVA, e a outra emenda versa também sobre a isenção, que se refere a transporte coletivo intermunicipal. No projeto do Governo, vem muito claro, das isenções no

Artigo 14 no item 4 - "são isento do IPVA tipo ônibus (exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano", e nós acrescentamos intermunicipais de pessoas cedidos por concessão pública. Então, se as empresas que receberam a concessão, da Região Metropolitana de Curitiba, por base, porque não ser estendido as outras empresas que fazem o transporte coletivo do interior do nosso Estado. Este é o pedido que faço, que Vossa Excelência pudessem votar favoravelmente é uma questão de justiça. É o encaminhamento que eu estou dando as duas emendas, uma das prefeituras e outra das isenções municipais.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda nº 2 - Autoria do Deputado Toti Colaço. Senhores Deputados que aprovam a Emenda nº 2 ao Substitutivo Geral conservem-se como estão.
- **Rejeitada.**
- Emenda nº 3 do Deputado Toti Colaço. Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. **Rejeitada.**
- Emenda nº 6 do Deputado Antonio Annibelli.
- Em discussão - Em votação - **Aprovada.**
- Emenda nº 26 do Deputado Luiz Claudio Romanelli.
- Em discussão - Em votação - **Aprovada.**
- Emenda nº 28 do Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Aprovada.**
- Emenda nº 31 do Deputado Caíto Quintana. - **Aprovada.**
- O Projeto irá a redação final dentro de...
- O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Sobre a Emenda nº 5, eu peço destaque.
- Gostaria de uma informação com relação a isso.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ela foi considerada prejudicada.
- O SR. RICARDO CHAB - Então, eu não estou entendendo. Aparece aqui no Capítulo II das isenções, no Parágrafo 3º "utilizados no transporte público de passageiros a categoria de aluguel o táxi..."
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos votar a Emenda nº 5..
- Os Deputados que aprovam a Emenda nº 5 do Deputado Ricardo Chab, conserve-se como estão. **Rejeitado.**
- O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, verificação de votação.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se

proceder à verificação de votação.

O SR. RICARDO CHAB - Porque Presidente não entendi. Gostaria, até, no sentido de colocar para os Senhores Deputados, que está no substitutivo, e eles estão votando contra. Só gostaria que ficasse fixado, porque esta Emenda de nº 5 de minha autoria, ao projeto, já está no substitutivo. Eles estão votando contra o substitutivo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Não precisa votar uma lei duas vezes, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto irá à Redação Final, acompanhado das emendas. Suspendo a sessão, ou aliás, encerro a sessão, para marcando outra extraordinária para daqui a 00:15 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, gostaria de dar uma sugestão a esta Casa, aos Líderes e aos Deputados. Como estamos encerrando o ano, acredito que poderíamos ocupar estes 00:15 minutos, para os cumprimentos de final de ano a todos os companheiros.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Gostaria de saber,

Senhor Presidente, houve um projeto original, neste projeto não constava o estipulado na emenda do Deputado Ricardo Chab, que criava a isenção aos táxis, o substitutivo adotou a emenda apresentada. Acho que pelo menos deveria se ressaltar na Ata, ou o autor substitutivo, que ele adotou uma emenda porque senão ele está privando o Parlamentar numa ação sua.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ricardo Chab, merece destaque especial.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Claro é uma questão de justiça. Destacar que a emenda foi acatada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai constar em Ata que a emenda foi aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - ao Projeto de Lei nº 461/95.

Levanta-se a sessão.